

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 305

Data: 13.05.87 Pg.: _____

Vazamento na Amazônia não foi tóxico, diz mineradora

Do enviado especial a Manaus, da Sucursal de Brasília e da Redação da Folha

O anunciado "maior desastre ecológico da Amazônia", que teria sido provocado pelo rompimento de barragens em lagoas de contenção do projeto Pitinga (a maior mina de estanho do Brasil, pertencente ao grupo Paranapanema e responsável por 12% de toda a produção mundial), não envolveu o vazamento de produtos químicos tóxicos, como o mercúrio. Segundo a mineradora Taboca S.A., subsidiária da Paranapanema, o mercúrio —ou qualquer



outro poluente — não é empregado na extração e separação da cassiterita, minério do qual se obtém o estanho.

A mina de Pitinga fica 290 km ao norte de Manaus (AM), por terra (200 km em linha reta), e ocupa sessenta mil hectares nas seis lavras concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Dez barragens se romperam, na manhã do dia 1º de maio, no sistema de lagoas ao longo do Igarapé madeira, das quais se extrai a cassiterita. O madeira alimenta o rio Tiaraju, que desemboca no rio Alalaú, afluente do rio Negro. O Alalaú percorre a reserva indígena dos waimiri-atroari, criada em 1981, que tem sua aldeia 200 km ao norte da lavra.

Com o rompimento, o material sólido levantado na extração do minério (argila e "silte", material particulado intermediário entre argi-

la e areia) extravasou o sistema de lagoas e chegou ao Alalaú, turvando-o e alarmando os waimiri-atroari. A denúncia do "desastre" foi feita pelo sertanista e ex-funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) Porfírio Carvalho, hoje contratado pela Eletronorte para contatos com índios, e publicada pelo jornal "A Crítica", de Manaus, na segunda-feira.

Segundo o engenheiro Nelson Dornelles da Silva, 47, coronel reformado do Exército e assessor da presidência da Tabocas, a Funai foi notificada do acidente no último dia 6, assim como o DNPM, o que foi confirmado por seu diretor regional, Fernando Lopes Burgos. "Tomamos imediatamente todas as providências, pondo todo o equipamento para refazer barragens, e três delas já foram reconstruídas", disse Dornelles. A turbidez (grau de

turvação) das águas do Tiaraju e do Alalaú deverá voltar ao normal no prazo de oito a dez dias, o que segundo Dornelles afasta qualquer efeito catastrófico sobre a fauna.

A causa do rompimento foram as chuvas "anormais" de 136 mm em dois dias —índice máximo nos últimos cinco anos, segundo Hilton Machado Coelho, 36, gerente-geral da mina, onde trabalham 2.200 pessoas. O acidente provocou uma perda de produção estimada em US\$ 500 a US\$ 600 mil (cerca de Cz\$ 1,47 milhão a Cz\$ 1,74 milhão), informou Coelho.

O ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, 39, afirmou ontem que não implicará nenhuma atitude de emergência o rompimento de nove barragens de lavra de cassiterita na mina de Pitinga. Segundo o ministro, no caso específico dos índios waimiri-atroari, que estão

apavorados com a mudança de cor nas águas dos rios, já houve entendimento da Secretaria Especial de Defesa Civil (Sedec) e a Funai para as providências necessárias. Entretanto, a assessoria de imprensa da Funai informou que o problema está ligado aos órgãos estaduais de meio ambiente e à Secretaria do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Em São Paulo, o professor do Departamento de Filosofia da Fundação Universidade do Amazonas, Paulo Pinto Monte, 32, declarou ontem que a poluição do rio Tiaraju, próximo à mina de Pitinga, já ocorre desde o ano passado, ameaçando a qualidade da água consumida pelos índios waimiri-atroari e até mesmo pelos habitantes de Manaus.

Os jornalistas MARCELO LEITE e NIELS ANDREAS visitaram o projeto Pitinga a convite da Mineradora Taboca S.A.

